

ANEXO V

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. JUSTIFICATIVA PARA A EMPREITADA

Nos termos do art. 6º, inciso V, da Lei 8666/93:

- a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

A acepção abrangida na Lei de Licitações indica que ambos os institutos destinam-se a contratar a execução de obra ou serviço por "preço certo", pré-avaliado e de modo judicioso. No preço global, contudo, tal oferta para execução do objeto deve se fazer em razão do todo (preço certo e total), como entidade una; concisa. No preço unitário, tal "preço certo" será realizado em termos de unidades pré-determinadas que compõem esse todo. Nesse caso, o objeto é visto como uma soma de várias parcelas; de frações que, juntas, formarão a unidade.

Na prática, tendo em vista que ambos os regimes podem levar à realização do mesmo objeto, a diferença encontrar-se-á, basicamente, na maneira de como serão realizadas as medições – e nos riscos assumidos pela contratada em razão dessa distinção na forma de pagamento. Nas empreitadas por preço unitário, mede-se cada unidade de serviço e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários.

Quanto ao objeto do p.p., em virtude do termo de referência e suas especificações técnicas fornecer com certa precisão a quantidade a serem totalmente necessário a realização do objeto, destacamos que por suas características os serviços de engenharia do objeto não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos quantitativos a executar, não obstante os cuidados no termo de referência para quantificar adequadamente os itens de serviço, “sempre haverá uma margem de indeterminação”

Caso utilizada uma empreitada por preço global nesse tipo de objeto, as medições serão realizadas por etapas; não por quantitativos medidos. Resultado: os construtores poderão alocar uma parcela muito alta de risco para adimplir, com segurança, o objeto licitado. Na verdade, essa segurança não existirá, porque o imponderável é muito alto.

Por esse motivo, nesse empreendimento eivado de imprecisão congênita, é preferível a utilização de empreitada por preço unitário, pelas características próprias do sistema de medição, e a adjudicação por preço Global.

2. PARCELAMENTO DO OBJETO

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” Sumula 247 - TCU

De acordo com ao recomendado no art. 23, parágrafo. 1º, da Lei 8.666/93 e na súmula 247 do TCU a Lei nº 8.666/1993, e após análise da especialidade do serviço, se faz considerar dois os aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico.

Considerando tais aspectos, é recomendada a separação em três itens:

- Item 1 – Coleta de Resíduos Extraordinários nos campi Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas

- Item 2 – Coleta de Resíduos Inertes nos campi Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas
- Item 3 – Coleta de Resíduos Extraordinários e Inertes no campus Santa Cruz da Serra

A segregação ocorreu obedecendo a natureza distinta dos resíduos a serem coletados, facilitando o controle por parte da fiscalização operacional e visando aumentar as chances de interesse por parte do mercado. Há exceção para o campus Santa Cruz da Serra, em que a quantidade anual dos resíduos gerados é irrisória comparada aos demais campi. Dessa forma, resíduos extraordinários e inertes foram agrupados em item único, devido ao valor agregado dos serviços pretendidos, sem prejuízo à fiscalização operacional.

3. SOBRE OS PREÇOS UNITÁRIOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Os preços unitários indicados na planilha orçamentária são iguais aos publicados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), em atendimento aos dispositivos do artigo 3º do decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Os preços/serviços não encontrados no SINAPI foram verificados em outras fontes que utilizam a pesquisa de mercado, conforme o Art 125 da Lei 12.465/2011. Dessa forma, as outras referências utilizadas foram o SCO (Sistema de Custos de Obra) cuja pesquisa de preços é realizada pela Fundação Getúlio Vargas e utilizado pela Secretaria Municipal de Obras e Conservação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o INFORMATIVO SBC cujo livro "Composições de Custos" foi a primeira das 16 obras até hoje publicadas, fruto de estudos, pesquisas e apropriações em métodos construtivos, realizadas pelo professor Miguel Stabile, disponível agora com mais de 16.500 insumos e mais de 12.500 composições para os assinantes do Boletim de Custos.

Os preços unitários dos itens inseridos na planilha orçamentária foram constituídos pelos profissionais da Assessoria Técnica da Prefeitura Universitária – UFRJ.

4. SOBRE OS QUANTITATIVOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Os quantitativos constantes na planilha orçamentária estão compatíveis com as informações disponibilizadas pela Coordenação de Operações Urbano-Ambientais da Prefeitura Universitária nos Estudos Técnicos Preliminares.

Os quantitativos dos itens inseridos na planilha orçamentária foram levantados pelos profissionais da Assessoria Técnica da Prefeitura Universitária – UFRJ.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

5.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidas por pessoas de direito público ou privado.

5.1.1.1. Para o **ITEM 1: CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPUS PRAIA VERMELHA E UNIDADES EXTERNAS**

5.1.1.1.1. Comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente serviço de transporte e destinação final de no mínimo 7.854,40t por ano de resíduos dos Grupos D, conforme os serviços, características e prazos previstos no Termo de Referência (aprox. 50% da demanda anual).

5.1.1.2. Para o **ITEM 2: CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPUS PRAIA VERMELHA E UNIDADES EXTERNAS**

- 5.1.1.2.1. Comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente serviço de transporte de no mínimo 3.315t por ano de resíduos inertes, conforme os serviços, características e prazos previstos no Termo de Referência (50% caçambas estacionárias de 5m³ por ano).

5.1.1.3. Para o **ITEM 3: CAMPUS SANTA CRUZ DA SERRA**

- 5.1.1.3.1. Comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente serviço de transporte e tratamento de no mínimo 146,84 t por ano de resíduos dos Grupos D, conforme os serviços, características e prazos previstos no Termo de Referência.

5.1.2. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- 5.1.2.1. Identificação e firma reconhecida do representante legal do contratante;
5.1.2.2. Data de emissão;
5.1.2.3. Descrição dos serviços da ART/RRT e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (AFT/CRQ) compatível com o objeto.

5.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

5.1.4. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

5.1.5. Licença ambiental, emitida pelo INEA para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviços e comércio (resíduos extraordinários) e resíduos inertes.

- 5.1.5.1. Caso o licitante seja considerado isento de qualquer tipo de licença municipal relacionado ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da competente Secretaria Municipal do local da prestação dos serviços (Rio de Janeiro e Duque de Caxias), ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.6. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigido no Termo de Referência;

6. DA PROPOSTA

6.1. Na apresentação das propostas, o licitante deverá apresentar a produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de exequibilidade (Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

6.2. Quando da apresentação de produtividades diferenciadas daquela estabelecida neste ato convocatório como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e apresentem justificativa, o licitante deverá comprovar sua exequibilidade (Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017) por meio de provas objetivas, tais como:

- 6.2.1. relatórios técnicos elaborados por profissional devidamente registrado nas entidades profissionais competentes compatíveis com o objeto da contratação;
6.2.2. manual de fabricante que evidencie, de forma inequívoca, capacidade operacional e produtividade dos equipamentos utilizados;
6.2.3. atestado do fabricante ou de qualquer órgão técnico que evidencie o rendimento e a produtividade de produtos ou serviços;
6.2.4. atestados detalhados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que venham a comprovar a exequibilidade da produtividade apresentada; entre outros.

6.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como

fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição (Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

6.4. Quando da utilização da planilha de custos e formação de preços fornecida pela Administração em meio digital, que efetua o preço final da contratação automaticamente, a licitante deverá observar as recomendações a seguir de modo a evitar possíveis erros:

6.4.1. O uso de sistemas referenciais de custos, a exemplo do Sicro e do Sinapi, racionaliza o processo de orçamentação, na medida em que tais sistemas já apresentam composições de custo padronizadas e fazem a coleta do preço dos insumos junto a fornecedores. Caso a Licitante julgue necessário poderá realizar ajustes nos Coeficientes de Produtividade das composições referenciais de custos apresentadas nessas planilhas para adequá-las à execução do objeto. Contudo, deverá elaborar relatório técnico por profissional habilitado que contenha a composição original, a partir do qual serão produzidas justificativas circunstanciadas para todas as possíveis alterações na composição.

6.4.2. Os insumos são os elementos que entram no processo de produção dos serviços que compõem a planilha orçamentária. Podem ser máquinas e equipamentos, trabalho humano, materiais de construção ou outros fatores de produção. Nessa planilha estão listados todos os insumos que compõem os serviços apropriados para realização do objeto. A Licitante deverá preencher a coluna Custo Direto com os valores obtidos junto aos seus fornecedores. A Licitante deverá observar a existência de preços unitários injustificadamente muito abaixo ou acima dos valores referenciais, pois poderá caracterizar inexecução ou sobrepreço. Os valores poderão ser compensados, quando os preços unitários que estejam diferentes em relação ao sistema referencial não acarretarem sobrepreço global no contrato.

6.4.3. O BDI foi definido pelo TCU, na Decisão 255/1999-Primeira Câmara, como “um percentual aplicado sobre o custo para chegar ao preço de venda a ser apresentado ao cliente. O Decreto 7.983/2013 dispõe que o preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo: (i) a taxa de rateio da administração central; (ii) percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluí dos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado; (iii) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e (iv) taxa de remuneração do construtor. A obtenção do BDI referencial utilizado nesse orçamento-base da licitação ocorreu mediante a utilização das faixas de referência constantes do Acórdão 2.622/2013 - Plenário, reproduzidas na tabela apresentada nas planilhas.

6.4.4. A Licitante deverá adequar a taxa de BDI considerando inclusive as alíquotas de tributos aplicáveis, detalhando todos os seus componentes conforme modelo anexo ao Edital.

6.4.5. No caso de execução de obras públicas, aplica-se o regime cumulativo de apuração de PIS e Cofins, cujas alíquotas máximas são de, respectivamente, 0,65% e 3%, incidentes sobre o preço de venda da obra. O setor de construção civil pode optar pelo Simples Nacional, que é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Nesse caso, existem diversas alíquotas diferenciadas de PIS e Cofins aplicáveis às construtoras, que vão depender do seu faturamento anual.

6.4.6. No caso de prestação de serviços tais como elaboração de projetos e supervisão de obras, a depender do faturamento anual da empresa, pode ser aplicável o regime cumulativo ou não cumulativo de apuração de PIS e Cofins. Com a Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002, foi estabelecido o sistema não cumulativo para o cálculo desta contribuição para o PIS, passando a mesma a incidir sobre o valor agregado em cada etapa do processo produtivo. A alíquota do tributo foi majorada de 0,65%, para 1,65%. Com o advento da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a apuração não cumulativa foi estendida também para a Cofins, com alteração da alíquota de 3% para 7,6%.

6.4.7.A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituída pela Lei 12.844/2013, é aplicável às empresas que estão sujeitas à desoneração da folha de pagamento. Refere-se à nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas, em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos. Ressalta-se que a partir do dia 1º de dezembro de 2015, diante da publicação da Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015, entrou em vigor as novas regras relativas à desoneração da folha de pagamentos. Dessa forma, a empresa poderá escolher a forma de tributação pela receita bruta ou pela folha de pagamentos. Para as empresas de construção de obras de infraestrutura (grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0), os contratos deverão ser revisados em função do aumento da alíquota e da opção da empresa pela CPRB ou não, conforme segue:

6.4.7.1. Empresa optante pela CPRB:

- excluir do cálculo dos encargos sociais o percentual de 20% da cota patronal do INSS e as reincidências devidamente recalculadas;
- incluir no cálculo do BDI o percentual de 4,5% sobre o valor da receita bruta, a título de CPRB.

6.4.7.2. Empresa não optante pela CPRB:

- incluir no cálculo dos encargos sociais o percentual de 20% da cota patronal do INSS e as reincidências devidamente recalculadas;
- excluir do cálculo do BDI o percentual de 4,5% sobre o valor da receita bruta, a título de CPRB.

6.4.8.A alíquota de ISS a ser observada é a estabelecida pelo Município em que a obra é executada. O art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 37/2002, fixou a alíquota mínima do ISS em 2% (dois por cento), ao passo que a alíquota máxima foi fixada em 5% (cinco por cento) pelo art. 8º, II, da LC n.º 116/2003. Os municípios gozam de autonomia para fixar as alíquotas do ISS, desde que respeitados esses limites. A base de cálculo do citado tributo também pode diferir, dependendo da legislação municipal sobre o assunto. Portanto, para obter a alíquota efetiva do citado imposto a licitante deverá com base na legislação municipal que prevê uma alíquota de ISS a incidir sobre o valor total da fatura, deduzindo os valores dos materiais (inclusive equipamentos) conforme parágrafo 2º do art. 7º da LC 116/03.

6.4.9.Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.